

ILUSTRÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL
DE LICITAÇÃO DO SAAEP , SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E
ESGOTO DE SÃO PEDRO.

RECURSO ADMINISTRATIVO

REF: PROCESSO Nº 0203/2016

CONCORRENCIA Nº 004/2016



ARUÃ CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO

LTDA – EPP, sediada a Rua Antônio Foster, 561 – Socorro – São Paulo / SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ 05.500.837/0001-16, neste ato Representada pelo seu representante Legal o Sr. Claudio Alencar, Sócio, devidamente qualificado no presente processo na forma da legislação vigente, vem até Vossa Senhoria, para, tempestivamente, interpor **RECURSO** em face da equivocada decisão proferida por essa respeitável Comissão Especial de Licitação **que inabilitou a Recorrente no presente certame.**

O presente recurso é interposto em decorrência de haver essa Comissão Especial de Licitação inabilitado a signatária do certame supra especificado, fundamentando para tal decisão, no fato da RECORRENTE, **não ter atendido à exigência edilícia contida, especificamente, nos subitens “11.1.2.1 e 11.1.2.2 c/c subitem 11.3,”b”, do Edital 9.1.33.**

fls

DO EQUÍVOCO COMETIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Através da leitura da publicação no diário oficial do estado de São Paulo, **“AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO”**, efetuado, por essa Comissão Especial de Licitação, em 29/06/2017, assim se posicionou esse respeitável colegiado:

“.....Licitantes inabilitadas:.....; ARUÃ CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA EPP, por não atender aos subitens 11.1.2.1 e 11.1.2.2 c/c subitem 11.3, “b”, do edital”

Objetivando demonstrar de forma objetiva que a decisão tomada por esta respeitável Comissão Especial de Licitação de inabilitar á RECORRENTE, fere os regramentos das leis que embasam as licitações publicas, como podemos mostrar pelas transcrições dos mesmos:

EDITAL

Concorrência Publica 001/2017

Processo Administrativo Nº 163/17

11.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

11.1.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ).

11.1.2.2 Prova de Inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicilio ou



sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.3

b) na hipótese de não constar prazo de validade, serão aceitos como validos os documentos expedidos até **90 (noventa) dias** imediatamente anteriores à data fixada para a apresentação dos envelopes.

11.1.2.7.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.1.2.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **05(cinco) dias úteis**, a contar da data da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, à critério do SAAESP, para a regularização da documentação, pagamento do débito, e ou emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

LEI FEDERAL 8666/93

Art. 29. A documentação relativa à regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

I - prova de inscrição no cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

II - Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.



III....

IV.....

V.....

**LEI FEDERAL 123/2006 ALTERADA PELA LEI
COMPLEMENTAR 147/2014.**

Art. 43. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certame licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

Através dos regramentos acima transcritos, pode-se facilmente concluir que os mesmos regulam a metodologia a ser adotada por parte dos licitantes, bem como, seguida pelos membros dessa respeitável Comissão Especial de Licitação com o fim de se garantir os direitos assegurados à **EPP**, pela Lei 123/2006 complementada pela lei Federal 147/2014.

A recorrente, baseada na sua condição de **EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)**, comprovada neste certame pelos documentos apresentados, atendeu todas as demais solicitações do Edital.



DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

A recorrente se insurge, contra a sua inabilitação, decidida pela Comissão Especial de Licitação, que desconsiderando a condição de **EPP** da recorrente á inabilitou , contrariando a determinação da Lei Federal **123/2006** e regulada pela Lei Complementar **147/2014**, que garante à recorrente sanear toda irregularidade Fiscal, após ser declarada vencedora.

Devemos considerar que a irregularidade apontada é de fácil solução pois as cópias apresentadas podem ser emitidas a qualquer momento, pois são registro no CNPJ, Cadastro no Estado e Prefeitura.

A recorrente apresentou estes documentos com emissão anterior que ultrapassa os 90 dias estipulados pelo Edital, fato que a torna regular perante as Leis aqui apresentadas, podendo fazer uso do direito de sanear estas irregularidades.

É incontestável que a recorrente está atendendo plenamente as solicitações do item HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA.

DO PEDIDO

A exposição aqui apresentada não deixa duvida, que a recorrente está apta a continuar no certamente.

Dessa maneira, pugna a Recorrente para que o presente recurso seja provido para **habilitar a Recorrente** vez que atendeu integralmente os requisitos entabulados no presente edital, em conformidade com as Leis que regem os processos licitatórios da administração publica ou seja **Lei 8.666/90, Lei 123/2006 e Lei Complementar 147/2014.**



Termos em que,

Pede deferimento.

São Paulo/SP, 02 de Julho de 2017.



ARUA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO LTDA - EPP
p.p/ Mauro Celso Felício
RG 7.297.212-9

